



Simulado Final

SEFAZ PR

Agente Fazendário Estadual

Analista Fazendário - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-PR**, cargo de **Agente Fazendário Estadual - Analista Fazendário**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PQBPOWNXN99Gkznv6>

01 - A B C D E	27 - A B C D E	53 - A B C D E	79 - A B C D E	105 - A B C D E
02 - A B C D E	28 - A B C D E	54 - A B C D E	80 - A B C D E	106 - A B C D E
03 - A B C D E	29 - A B C D E	55 - A B C D E	81 - A B C D E	107 - A B C D E
04 - A B C D E	30 - A B C D E	56 - A B C D E	82 - A B C D E	108 - A B C D E
05 - A B C D E	31 - A B C D E	57 - A B C D E	83 - A B C D E	109 - A B C D E
06 - A B C D E	32 - A B C D E	58 - A B C D E	84 - A B C D E	110 - A B C D E
07 - A B C D E	33 - A B C D E	59 - A B C D E	85 - A B C D E	111 - A B C D E
08 - A B C D E	34 - A B C D E	60 - A B C D E	86 - A B C D E	112 - A B C D E
09 - A B C D E	35 - A B C D E	61 - A B C D E	87 - A B C D E	113 - A B C D E
10 - A B C D E	36 - A B C D E	62 - A B C D E	88 - A B C D E	114 - A B C D E
11 - A B C D E	37 - A B C D E	63 - A B C D E	89 - A B C D E	115 - A B C D E
12 - A B C D E	38 - A B C D E	64 - A B C D E	90 - A B C D E	116 - A B C D E
13 - A B C D E	39 - A B C D E	65 - A B C D E	91 - A B C D E	117 - A B C D E
14 - A B C D E	40 - A B C D E	66 - A B C D E	92 - A B C D E	118 - A B C D E
15 - A B C D E	41 - A B C D E	67 - A B C D E	93 - A B C D E	119 - A B C D E
16 - A B C D E	42 - A B C D E	68 - A B C D E	94 - A B C D E	120 - A B C D E
17 - A B C D E	43 - A B C D E	69 - A B C D E	95 - A B C D E	121 - A B C D E
18 - A B C D E	44 - A B C D E	70 - A B C D E	96 - A B C D E	122 - A B C D E
19 - A B C D E	45 - A B C D E	71 - A B C D E	97 - A B C D E	123 - A B C D E
20 - A B C D E	46 - A B C D E	72 - A B C D E	98 - A B C D E	124 - A B C D E
21 - A B C D E	47 - A B C D E	73 - A B C D E	99 - A B C D E	125 - A B C D E
22 - A B C D E	48 - A B C D E	74 - A B C D E	100 - A B C D E	126 - A B C D E
23 - A B C D E	49 - A B C D E	75 - A B C D E	101 - A B C D E	127 - A B C D E
24 - A B C D E	50 - A B C D E	76 - A B C D E	102 - A B C D E	128 - A B C D E
25 - A B C D E	51 - A B C D E	77 - A B C D E	103 - A B C D E	129 - A B C D E
26 - A B C D E	52 - A B C D E	78 - A B C D E	104 - A B C D E	130 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/dzew>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 1****A ignorada polarização secular**

A verdadeira polarização brasileira não é política. Ela se revela no contraste entre o salário-mínimo recebido por um trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade, quando não está desempregado, e os supersalários pagos a servidores do Estado, com estabilidade garantida até mesmo depois de aposentados por corrupção, custeados com recursos públicos que poderiam financiar os serviços dos quais esse trabalhador carece. Ainda assim, quando se fala em polarização, o foco recai quase sempre sobre disputas ideológicas, e não sobre a desigualdade social.

Entre 1822 e 1889, o Brasil atravessou períodos de polarização política, sem perceber a polarização social entre os brasileiros escravos e seus senhores. Depois da abolição e da República, tivemos momentos de polarização política, mas ignoramos a desigualdade social entre quem vive nas favelas e quem habita condomínios fechados; entre os que têm água tratada em suas piscinas e os que não têm água potável para beber.

A polarização social sempre foi negligenciada, invisível aos olhos da política e dos analistas. Parafraseando o economista e acadêmico Edmar Bacha, “dentro de um mesmo país, vivem os que estão na Bélgica e os que estão na Índia”, sem que essa polarização seja enfrentada, nem reconhecida.

(Fonte: Cristovam Buarque. Disponível em: unb.br. Adaptado)

1. De acordo com o Texto 1, a polarização

- a) política no Brasil precede a polarização social, de modo que esta última resulta das disputas ideológicas recorrentes no cenário público.
- b) social brasileira teve início após a abolição da escravatura, quando a marginalização da população negra culminou na formação das primeiras favelas, aprofundando as disparidades sociais.
- c) existente entre os habitantes de favelas e de condomínios fechados representa a origem histórica das desigualdades no país.
- d) política é tão negligenciada quanto a polarização social nas análises sobre as desigualdades da sociedade brasileira.
- e) social, ao longo da história brasileira, foi objeto de invisibilidade tanto de quem exerce o poder quanto de quem o analisa.

2. A correção gramatical do Texto 1 seria mantida, sem prejuízo de seu sentido, caso a expressão “Ainda assim” (último período do primeiro parágrafo) fosse substituída por

- a) Por conseguinte.
- b) Embora.
- c) Não obstante.
- d) Ao passo que.
- e) Por isso.

3. Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do Texto 1.

a) No segmento “quando se fala em polarização” (último período do primeiro parágrafo), a partícula “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.

b) No trecho “sem acesso a serviços públicos de qualidade”, a inserção do acento indicativo de crase após “acesso” não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas tornaria específico o sentido de “serviços públicos”.

c) Estaria de acordo com as regras de concordância verbal a flexão da forma “têm” (segundo parágrafo) no singular — **tem** — em ambas as ocorrências, visto que o verbo pode concordar tanto com o pronome relativo quanto com o termo que o antecede.

d) No segmento “vivem os que estão na Bélgica e os que estão na Índia”, (último período do último parágrafo), o sujeito da primeira oração é indeterminado, o que se confirma pela flexão verbal na terceira pessoa do plural.

e) O emprego do futuro do pretérito em “poderiam” (primeiro parágrafo) indica a certeza do uso de recursos públicos em prol do trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade.

4. No segundo período do primeiro parágrafo do Texto 1, o termo “dos quais” exerce, na oração em que se insere, a função sintática de

a) adjunto adnominal.

b) complemento nominal.

c) sujeito.

d) objeto indireto.

e) adjunto adverbial.

5. Seriam preservadas as relações de coesão e coerência estabelecidas no Texto 1, bem como sua correção gramatical, caso fosse suprimida a vírgula imediatamente após

a) “ideológicas” (último período do primeiro parágrafo).

b) “negligenciada” (primeiro período do último parágrafo).

c) “enfrentada” (último período do último parágrafo).

d) “assim” (último período do primeiro parágrafo).

e) “República” (segundo período do segundo parágrafo).

TEXTO 02**O básico que nunca chega**

O Brasil aprendeu a conviver com o inaceitável. Num país que conseguiu universalizar a energia elétrica, expandir rapidamente as telecomunicações e construir um dos maiores sistemas bancários digitais do mundo, milhões de pessoas ainda vivem sem acesso regular à água tratada e à coleta e ao tratamento de esgoto. Não se trata de um desafio recente nem de um problema técnico insolúvel. É, antes de tudo, a expressão mais crua de uma negligência histórica que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos sem jamais se tornar prioridade efetiva do Estado.

Os dados mais recentes ajudam a dimensionar a gravidade do atraso. Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), menos de 3% dos municípios brasileiros estão próximos de alcançar a universalização do saneamento básico nos termos definidos pela legislação vigente. No universo analisado pelo Ranking do Saneamento da entidade, apenas algumas dezenas de cidades apresentam indicadores compatíveis com as metas de acesso a água, coleta e tratamento de esgoto. A imensa maioria remanesce em estágios iniciais ou intermediários, muito distante do patamar mínimo esperado para 2033.

O recorte regional torna o quadro ainda mais constrangedor. Praticamente todos os municípios mais bem posicionados concentram-se nas Regiões Sudeste e Sul. A Região Norte não tem uma única cidade entre aquelas consideradas próximas da universalização. O saneamento, que deveria ser uma política de redução de desigualdades, acabou se tornando mais um fator de aprofundamento das assimetrias regionais brasileiras.

6. Com base nas ideias do Texto 2, é correto afirmar que

- a) a ausência de saneamento básico no Brasil decorre principalmente de limitações técnicas e da falta de soluções tecnológicas adequadas.
- b) o atraso no saneamento básico contrasta com avanços obtidos pelo país em áreas como energia elétrica, telecomunicações e serviços bancários digitais.
- c) a política de saneamento vigente tem sido exitosa em diminuir as desigualdades existentes entre as regiões brasileiras.
- d) a precariedade do saneamento básico configura-se como um entrave contemporâneo, derivado primordialmente da expansão demográfica acelerada nos centros urbanos.
- e) a principal dificuldade para a expansão do saneamento básico está na resistência das populações locais às obras de infraestrutura.

7. No último período do segundo parágrafo do Texto 2, a palavra “remanesce” está empregada com o mesmo sentido de

- a) resta.
- b) permanece.
- c) fica.
- d) vive.
- e) está.

8. Com relação aos aspectos linguísticos do Texto 2, julgue os itens a seguir.

- I. No trecho “É, antes de tudo, a expressão mais crua de uma negligência histórica que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos”, o termo “que” é uma forma pronominal cujo referente é “negligência histórica”.
- II. No trecho “que deveria ser uma política de redução de desigualdades”, o termo “que” introduz oração explicativa.
- III. No primeiro parágrafo, tanto o trecho “que conseguiu universalizar a energia elétrica” quanto o trecho “que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos” consistem em orações adjetivas explicativas.

Estão certos apenas os itens

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

9. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do texto CG1A1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva o sentido e a correção gramatical do texto, considerando as regras de colocação pronominal.

- a) “Não se trata de um desafio recente” (terceiro período do primeiro parágrafo): **Não trata-se de um desafio recente**
- b) “torna o quadro ainda mais constrangedor” (primeiro período do terceiro parágrafo): **torná-lo**
- c) “sem jamais se tornar prioridade efetiva do Estado” (último período do primeiro parágrafo): **sem jamais tornar-se prioridade efetiva do Estado**
- d) “não tem uma única cidade” (terceiro período do terceiro parágrafo): **não a têE** “que atravessa governos, ideologias e ciclos econômicos” (último período do primeiro parágrafo): **que lhes atravessa**

10. Empregado no Texto 2, o vocábulo “água” acentua-se devido à mesma regra de acentuação que determina o emprego do acento na palavra
- a) elétrica.
 - b) política.
 - c) compatíveis.
 - d) próximas.
 - e) país.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

11. No que se refere à competência legislativa concorrente, segundo a CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) cabe à União editar normas gerais, aos Estados suplementá-las e, inexistindo norma geral federal, os Estados podem legislar plenamente até sobrevir a lei federal.
- b) cabe aos Municípios definir normas gerais, e à União apenas complementar as leis locais quando necessário.
- c) a matéria concorrente é de competência exclusiva dos Estados, sendo vedada a edição de normas gerais pela União.
- d) sobrevindo norma geral federal, toda lei estadual anterior é revogada, ainda que compatível.
- e) por atender melhor à realidade regional, a lei estadual sempre prevalece sobre a norma geral federal.

12. Em razão de episódios de violência disseminada em um Estado, com ataques coordenados a prédios públicos e paralisação de serviços essenciais, o Presidente da República editou decreto instituindo estado de defesa em todo o território estadual, por 40 dias, prevendo: (i) restrição ao direito de reunião; (ii) interceptação telefônica por autorização administrativa; (iii) incomunicabilidade do preso por até 10 dias; (iv) censura prévia a conteúdos jornalísticos relacionados à crise durante a vigência. O decreto foi remetido ao Congresso Nacional 48 horas após a edição. À luz da CF/1988, é correto afirmar que

- a) o decreto é válido, pois o estado de defesa pode durar até 60 dias e dispensa controle do Congresso.
- b) o decreto é válido, pois o Presidente pode impor quaisquer restrições necessárias, inclusive censura e incomunicabilidade.
- c) o decreto é parcialmente válido: admite-se interceptação por ordem administrativa, mas o prazo deve ser ajustado para 30 dias.
- d) o decreto é inconstitucional, pois fixa prazo inicial superior ao permitido, inclui medidas vedadas e não observou o envio tempestivo ao Congresso.
- e) o decreto é inválido somente por abranger todo o Estado, sendo constitucionais o prazo e a incomunicabilidade previstos.

13. Assinale a alternativa correta, considerando o cabimento e os limites da ADPF no controle concentrado

- a) Na ADPF, o julgamento de mérito ocorre por maioria simples, porque a Lei nº 9.882/1999 não prevê quórum específico e, portanto, não se aplica o padrão das demais ações objetivas.
- b) A simples existência de ações ordinárias em andamento, ou a possibilidade abstrata de recurso extraordinário, impede automaticamente a ADPF, pois a subsidiariedade é interpretada de forma estritamente literal.
- c) É cabível ADPF para impugnar veto do Chefe do Executivo, por se tratar de ato do Poder Público

capaz de lesar preceito fundamental, ainda que exista outra via judicial em tese possível.

d) Não se admite ADPF que tenha como objeto exclusivo decisão judicial já transitada em julgado, pois a ação não é via adequada para desconstituir coisa julgada.

e) A ADPF pode ser usada para impugnar enunciado de súmula do STF (inclusive vinculante), por equivaler a “ato do Poder Público” para fins de controle concentrado.

14. Sobre a perda da nacionalidade brasileira, assinale a opção correta

- a) O cancelamento da naturalização pode ser realizado por decisão administrativa, inclusive com efeitos retroativos, dispensada sentença judicial.
- b) Admite-se a perda por manifestação expressa do interessado, desde que não gere apatridia, sendo possível a reaquisição nos termos da lei.
- c) A aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira permanece como hipótese constitucional de perda automática da nacionalidade brasileira, salvo se houver risco de apatridia.
- d) A perda por cancelamento da naturalização alcança brasileiros natos e naturalizados e pode ocorrer em processo administrativo.
- e) Na hipótese de perda decorrente de cancelamento da naturalização, a reaquisição ocorre necessariamente por novo procedimento de naturalização, sem necessidade de decisão judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

15. No que se refere ao sistema de fiscalização e controle da administração pública previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, devendo elaborar o parecer técnico no prazo de noventa dias.
- b) Verificada a ilegalidade em um contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Tribunal de Contas da União, que decidirá a respeito no prazo de noventa dias.
- c) O dever de prestar contas recai exclusivamente sobre as pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração direta e indireta que gerenciem dinheiros ou valores públicos.
- d) É função do sistema de controle interno de cada Poder realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário.
- e) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

16. Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- I. As modalidades diálogo competitivo e concorrência são previstas para a delegação de serviços públicos através da concessão de serviços públicos.
- II. A caducidade consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

III. Os contratos de concessão e permissão poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

Assinale a opção correta.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas o item III está certo.

17. No que se refere aos atributos do poder de polícia e sua aplicação pela administração pública, assinale a opção correta:

- a) a discricionariedade do poder de polícia é absoluta e universal, inexistindo hipóteses em que o ato administrativo de polícia se expresse de forma vinculada.
- b) a executoriedade se manifesta por meios indiretos de coação, a exemplo da aplicação de multas ou impedimento de licenciamento de veículos.
- c) conforme a doutrina, a autoexecutoriedade é um atributo presente em todas as medidas de polícia, independentemente de urgência ou de autorização expressa em lei.
- d) a coercibilidade é o atributo que permite à administração pública executar suas decisões por meios próprios, dependendo sempre de prévia intervenção e autorização do Poder Judiciário.
- e) a cobrança de multa não paga espontaneamente não goza de autoexecutoriedade.

- 18.** Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, quando determinada autoridade pública permite, dolosamente, que se utilize, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidor público, isso
- a) não configura ato de improbidade administrativa.
 - b) configura ato de improbidade administrativa, alcançando inclusive a conduta culposa.
 - c) configura ato de improbidade que causa lesão ao erário.
 - d) configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
 - e) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Géssica Ehle

- 19.** À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.
- a) O ECA adota a doutrina da proteção integral, a qual superou a narrativa anterior, referente à situação irregular, tendo abandonado a previsão de que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos.
 - b) O Estatuto aplica-se às crianças e adolescentes, exclusivamente.
 - c) O ECA reconhece que a garantia de prioridade compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
 - d) As medidas socioeducativas previstas no ECA aplicam-se a crianças e adolescentes autores de ato infracional, sempre considerando as circunstâncias do ato, agravantes, atenuantes e antecedentes.
 - e) Ao adolescente que comete ato infracional, o ECA prevê a medida socioeducativa de internação, a qual será aplicada como primeira medida a fim de que se consiga evitar a reiteração.

- 20.** Julgue as assertivas a seguir, relativas à disciplina da adoção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (**)** Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seus filhos para adoção deve ser encaminhada, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude, não havendo tipificação alguma de sua conduta.
- (**)** Quando assim desejarem, os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte ao término do estágio de convivência.
- (**)** Os recém-nascidos e as crianças acolhidas que não forem procuradas por suas famílias, serão cadastrados para adoção no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

A ordem correta para as assertivas acima dispostas é:

- a) V-V-V
- b) F-F-V
- c) V-V-F
- d) F-F-F
- e) V-F-V

DIREITO TRIBUTÁRIO**Fábio Dutra**

21. Analise a situação hipotética: O Estado X instituiu, por meio de lei complementar estadual, Taxa de Prevenção e Combate a Incêndios, Busca e Salvamento (TCIBS), com valores variando conforme a área construída dos imóveis. Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa é inconstitucional, pois o serviço de combate a incêndios é sempre inespecífico e indivisível, não podendo ser remunerado mediante taxa.
- b) A taxa é constitucional, desde que o serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento seja caracterizado como específico e divisível.
- c) A taxa é inconstitucional, pois os Estados-membros não possuem competência para instituir taxa de combate a incêndios, sendo esta exclusiva dos Municípios.
- d) A taxa é constitucional, independentemente de o serviço ser específico e divisível, bastando a competência estadual para prestação do serviço.
- e) A taxa é inconstitucional, pois o STF declarou a inconstitucionalidade de toda e qualquer taxa estadual de combate a incêndios.

22. Sobre a responsabilidade por infrações à legislação tributária, o CTN estabelece regras específicas nos arts. 136 e 137. Considerando tais dispositivos legais, assinale a alternativa errada:

- a) A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, salvo disposição de lei em contrário.
- b) A efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato não são relevantes para configurar a responsabilidade por infrações tributárias, em regra.
- c) Infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções sempre geram responsabilidade

pessoal do agente, mesmo quando praticadas no exercício regular de administração.

- d) Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar, a responsabilidade é pessoal ao agente.
- e) A responsabilidade por infrações tributárias pode ser excluída, desde que haja denúncia espontânea da infração, com pagamento do tributo e dos juros de mora devidos.

23. João, residente em São Paulo, doou um apartamento localizado no Rio de Janeiro para sua filha Maria, que reside em Minas Gerais. Posteriormente, João faleceu, deixando como único bem um automóvel registrado em Brasília, sendo que seu inventário extrajudicial realizado em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Considerando as regras constitucionais sobre competência tributária do ITCMD, assinale a alternativa correta.

- a) O ITCMD incidente sobre a doação do apartamento compete ao Estado de São Paulo, por ser o domicílio do doador.
- b) O ITCMD incidente sobre a doação do apartamento compete ao Estado de Minas Gerais, por ser o domicílio da donatária.
- c) O ITCMD incidente sobre o automóvel herdado compete ao Estado de São Paulo, onde era domiciliado João.
- d) O ITCMD incidente sobre o automóvel herdado compete ao Distrito Federal, onde o bem estava registrado.
- e) Tanto a doação do apartamento quanto a transmissão causa mortis do automóvel competem ao Estado de São Paulo, por ser o domicílio do doador e do de cujus.

24. De acordo com o Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) Moratória, compensação e dação em pagamento de bens imóveis.
- b) Pagamento, transação e conversão de depósito em renda.
- c) Parcelamento, remissão e decisão judicial passada em julgado.
- d) Anistia, compensação e decisão administrativa irreformável.
- e) Isenção, consignação em pagamento e pagamento antecipado com homologação.

25. Considere as seguintes afirmativas sobre o princípio da anterioridade tributária:

- I. O Imposto de Importação está sujeito tanto à anterioridade anual quanto à anterioridade nonagesimal, tendo em vista que se trata de imposto que incide sobre o comércio exterior.
- II. O empréstimo compulsório instituído em caso de calamidade pública não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, podendo ser cobrado imediatamente após sua instituição.
- III. A alteração da base de cálculo do IPTU pode ser implementada antes de decorridos noventa dias da publicação da lei, desde que respeitada a anterioridade anual.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO*Eduardo Macellin*

26. Um gerente de logística recebeu solicitações de suprimentos de três departamentos distintos. O departamento de Manutenção solicitou R\$ 2.400,00, o de Operações solicitou R\$ 2.160,00 e o de Recursos Humanos solicitou R\$ 1.840,00. Devido a cortes orçamentários, o valor total disponibilizado para atender a esses três pedidos foi de apenas R\$ 5.600,00. O gerente optou por repartir esse montante entre os departamentos de maneira diretamente proporcional aos valores originais solicitados. Diante desse cenário, o departamento que fez a maior solicitação deixou de receber a quantia de

- a) R\$ 340,00.
- b) R\$ 330,00.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 270,00.
- e) R\$ 250,00.

27. Um auditor fiscal recebeu a tarefa de selecionar um grupo de 12 empresas para uma auditoria detalhada de ICMS, a partir de um rol de 15 empresas listadas com indícios de irregularidades. O protocolo de fiscalização estabelece uma regra específica para as duas maiores empresas da lista (Empresa X e Empresa Y): o auditor deve incluir obrigatoriamente ou a Empresa X ou a Empresa Y na seleção, mas jamais ambas simultaneamente. O número de maneiras distintas que o auditor pode escolher um grupo de 12 empresas para realizar a fiscalização é:

- a) 56
- b) 69
- c) 78
- d) 138
- e) 156

P1: Se o sistema de auditoria eletrônica for atualizado, a sonegação de impostos não aumentará.

P2: Se a sonegação de impostos não aumentar, a arrecadação de ICMS crescerá.

P3: Se a operação de fiscalização for deflagrada, a arrecadação de ICMS crescerá.

P4: Se a arrecadação de ICMS crescer, a meta fiscal será atingida.

P5: Se a meta fiscal for atingida, o auditor-fiscal receberá o bônus de produtividade.

C: O auditor-fiscal recebeu o bônus de produtividade.

28. Com base no texto anterior, assinale a opção que corresponde a uma negação da proposição P3.

a) A operação de fiscalização foi deflagrada, mas a arrecadação de ICMS não cresceu.

b) Se a operação de fiscalização não for deflagrada, a arrecadação de ICMS não crescerá.

c) Se a arrecadação de ICMS não cresceu, a operação de fiscalização não foi deflagrada.

d) A operação de fiscalização não será deflagrada ou a arrecadação de ICMS crescerá.

e) A operação de fiscalização foi deflagrada ou a arrecadação de ICMS cresceu.

29. Assinale a opção que apresenta o número de linhas da tabela-verdade da proposição P4.

a) 2

b) 4

c) 8

d) 16

e) 32

30. O texto apresenta um argumento com cinco premissas (P1 a P5) cuja conclusão é a proposição C. Assinale a opção que apresenta uma proposição que, caso incluída como premissa no argumento, tornará ele válido.

a) A sonegação de impostos aumentou.

b) O auditor-fiscal não recebeu o bônus de produtividade.

c) O sistema de auditoria eletrônica não foi atualizado.

d) A meta fiscal foi prejudicada ou postergada.

e) A arrecadação de ICMS cresceu.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

31. Suzana, uma poderosa aluna do poderoso Estratégia Concursos, passou no concurso do SEFAZ PR e, ao receber o seu décimo terceiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 72.000,00, em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 76.800,00.

Pode-se concluir, nessas condições, que a taxa de juros aplicada ao capital de Suzana é:

a) 2,30% a.m.;

b) 2,50% a.m.;

c) 2,90% a.m.;

d) 3,00% a.m.;

e) 3,20% a.m..

32. Suzana, ao assumir seu cargo no fisco de PR, aplicou um capital no valor de R\$ 72.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 36% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Suzana e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Suzana, é igual a

a) R\$ 26.012,30.

b) R\$ 24.026,40.

c) R\$ 25.176,00.

d) R\$ 24.226,40.

e) R\$ 26.431,20.

33. Waleska, uma empresária no ramo de cosméticos, adquiriu uma dívida no valor de R\$ 308.000,00. Ela pretende quitar a dívida em dois pagamentos: K reais daqui a um ano e outro de 2K reais daqui a 2 anos. Considerando o critério de juros compostos a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que K é igual a

- a) R\$ 108.000,00
- b) R\$ 116.640,00
- c) R\$ 120.326,40
- d) R\$ 124.492,80
- e) R\$ 132.659,20

34. Juscelino, um jovem empreendedor, deseja comprar uma cobertura na Barra da Tijuca cujo valor é de R\$ 2.000.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. A financeira financia essa cobertura em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a quinquagésima primeira prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 40.600,00
- b) R\$ 40.000,00
- c) R\$ 40.800,00
- d) R\$ 40.400,00
- e) R\$ 50.000,00

35. A indústria COUTINHO E FILHOS contraiu um empréstimo no valor de R\$ 640.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 139.744,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se K representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então:

- a) $83\% \leq K < 84\%$
- b) $82\% \leq K < 83\%$
- c) $81\% \leq K < 82\%$
- d) $80\% \leq K < 81\%$
- e) $79\% \leq K < 80\%$

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

36. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (SEFAZ-PR).

“Executar com integridade a administração tributária, aplicando a legislação de forma a viabilizar a arrecadação estadual.”

“Ser reconhecida como instituição essencial ao Estado, competente e tecnicamente autônoma, com ações pautadas na ética e na integridade.”

Os fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão e a missão SEFAZ-PR.
- b) a missão e a visão SEFAZ-PR.
- c) a visão e os valores SEFAZ-PR.
- d) a missão e os valores SEFAZ-PR.
- e) os valores e a missão SEFAZ-PR.

37. O planejamento estratégico

- a) é elaborado pelo nível intermediário da empresa.
- b) possui orientação para o médio prazo.
- c) abrange a organização em sua totalidade.
- d) concentra-se em atividades básicas e tarefas rotineiras
- e) limita-se a uma unidade específica da organização.

38. Entre os seis elementos básicos considerados no desenho da estrutura organizacional, aquele que expressa quantos subordinados um gestor consegue supervisionar com eficácia e eficiência é denominado:

- a) especialização do trabalho.
- b) departamentalização.
- c) cadeia de comando.
- d) amplitude de controle.
- e) formalização

39. Segundo a teoria dos dois fatores de Frederick Herzberg, certos elementos estão ligados ao ambiente de trabalho e à prevenção da insatisfação. Nessa perspectiva, o salário é classificado como:

- a) fator motivacional
- b) fator de segurança
- c) fator higiênico
- d) fator de estima
- e) fator social

40. O ciclo PDCA é uma ferramenta voltada à melhoria contínua e se estrutura em quatro etapas. A etapa em que se avalia os resultados do que foi executado é:

- a) P (Plan)
- b) D (Do)
- c) C (Check)
- d) A (Act)
- e) S (Study)

Acerca do assunto Dívida Ativa, julgue os itens que se seguem.

41. A classificação da dívida ativa em tributária e não tributária possui relevância jurídica e contábil, influenciando o regime de constituição, cobrança e controle dos créditos públicos.

À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A dívida ativa tributária decorre exclusivamente de impostos, excluídas taxas e contribuições.
- b) A dívida ativa não tributária compreende créditos oriundos de multas administrativas, aluguéis, indenizações e restituições devidas ao erário.
- c) A dívida ativa tributária prescinde de lançamento prévio para sua inscrição.
- d) A distinção entre dívida ativa tributária e não tributária é irrelevante para fins de execução fiscal.

e) A dívida ativa não tributária integra o rol das receitas extraorçamentárias.

42. A arrecadação da dívida ativa produz efeitos relevantes no âmbito orçamentário e patrimonial da Administração Pública.

Considerando o tratamento conferido pela Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) A dívida ativa, quando efetivamente arrecadada, classifica-se como receita de capital.
- b) A arrecadação da dívida ativa extingue automaticamente o crédito sem reflexos orçamentários.
- c) A arrecadação da dívida ativa constitui ingresso extraorçamentário, por não integrar a previsão da receita.
- d) A arrecadação da dívida ativa é registrada como receita corrente, independentemente de sua origem.
- e) A dívida ativa somente impacta o patrimônio público, sem repercussão orçamentária.

43. A inscrição em dívida ativa constitui etapa essencial para a cobrança dos créditos públicos, conferindo-lhes atributos necessários à exigibilidade judicial.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição em dívida ativa pode ocorrer antes do vencimento da obrigação, desde que haja previsão legal.
- b) A inscrição em dívida ativa exige decisão judicial transitada em julgado.
- c) A inscrição em dívida ativa pressupõe crédito vencido, não pago e regularmente apurado em procedimento administrativo.
- d) A inscrição em dívida ativa constitui o crédito público, dispensando o lançamento nos créditos tributários.
- e) A inscrição em dívida ativa extingue a obrigação do devedor perante a Fazenda Pública.

Acerca do assunto Créditos Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

44. Os créditos adicionais constituem instrumentos de ajuste do orçamento público durante sua execução, permitindo adequar a programação originalmente aprovada às necessidades supervenientes da Administração.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos adicionais destinam-se exclusivamente à cobertura de despesas urgentes e imprevisíveis.
- b) Os créditos adicionais independem de autorização legislativa quando houver disponibilidade financeira suficiente.
- c) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários, conforme a natureza da alteração promovida no orçamento.
- d) Os créditos adicionais sempre implicam criação de novas dotações orçamentárias.
- e) Os créditos adicionais substituem as dotações originalmente fixadas na Lei Orçamentária Anual.

45. Durante a execução orçamentária, determinado órgão identificou a necessidade de realizar despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual, relacionada à implementação de nova ação administrativa, sem que se caracterize situação de urgência ou imprevisibilidade extrema.

Nessa situação, à luz do regime jurídico orçamentário, o instrumento adequado para viabilizar a despesa é

- a) crédito suplementar, destinado ao reforço de dotação já existente.
- b) crédito especial, destinado à criação de dotação para despesa não prevista na LOA.
- c) crédito extraordinário, próprio para despesas urgentes e imprevisíveis.
- d) operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- e) remanejamento automático de dotações autorizado pela LDO.

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

46. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) constitui instrumento central de acompanhamento da execução do orçamento público, integrando o conjunto de mecanismos de transparéncia previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

À luz da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) O RREO é elaborado anualmente, ao final do exercício financeiro, consolidando a execução orçamentária do ente federativo.
- b) O RREO possui periodicidade bimestral e tem por finalidade demonstrar a execução das receitas e despesas, inclusive quanto ao cumprimento das metas fiscais.
- c) O RREO é exigido exclusivamente da União, em razão de sua função de consolidação das contas nacionais.
- d) O RREO substitui o Relatório de Gestão Fiscal no acompanhamento dos limites da despesa com pessoal.
- e) O RREO restringe-se à análise da despesa com pessoal e do endividamento público.

47. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece medidas obrigatórias a serem adotadas quando a despesa total com pessoal ultrapassa o limite máximo legalmente fixado.

Nessa situação, nos termos da LC nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de cargos, empregos ou funções públicas é admitida, desde que sem aumento de despesa.
- b) A adoção de medidas corretivas depende de autorização prévia do Poder Legislativo.
- c) A concessão de vantagens e aumentos permanece permitida, desde que prevista na Lei Orçamentária Anual.
- d) A contratação de horas extras é livremente autorizada para recomposição da força de trabalho.
- e) Devem ser adotadas medidas como a redução de, no mínimo, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além da exoneração de servidores não estáveis.

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

48. Os princípios orçamentários orientam a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento público, exercendo papel central no controle da atividade financeira do Estado.

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964 e da doutrina especializada, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios orçamentários possuem natureza exclusivamente doutrinária, não produzindo efeitos jurídicos.
- b) Apenas os princípios expressamente previstos no texto constitucional possuem relevância jurídica.
- c) Os princípios orçamentários decorrem de normas constitucionais, legais e da construção doutrinária, vinculando a atuação administrativa.
- d) Os princípios orçamentários aplicam-se apenas à fase de elaboração do orçamento, não alcançando sua execução.
- e) O descumprimento de princípios orçamentários não gera consequências jurídicas, por se tratar de diretrizes abstratas.

49. O princípio da anualidade, também denominado periodicidade orçamentária, constitui uma das bases do sistema orçamentário brasileiro.

Considerando esse princípio, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento público possui vigência indeterminada, podendo ser executado até sua completa exaustão financeira.
- b) O orçamento público tem vigência limitada a um exercício financeiro, coincidindo com o ano civil.
- c) O orçamento público deve ser elaborado e executado exclusivamente em períodos plurianuais.
- d) O orçamento público pode ser automaticamente prorrogado, caso não haja nova lei orçamentária.
- e) A anualidade impede a existência de exceções previstas na Constituição, como a reabertura de créditos.

50. O princípio da não vinculação (ou não afetação) da receita de impostos busca conferir flexibilidade à gestão orçamentária, evitando o engessamento excessivo das finanças públicas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta exceção constitucional a esse princípio.

- a) O pagamento de despesas de custeio administrativo.
- b) O financiamento de políticas públicas discricionárias.
- c) A destinação mínima de recursos para ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) A cobertura de despesas correntes do Poder Executivo.
- e) A realização de investimentos definidos na Lei Orçamentária Anual.

NOÇÕES DE ECONOMIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

51. A respeito das políticas fiscal e monetária, bem como de seus instrumentos e efeitos macroeconômicos, assinale a alternativa correta.

- a) A política fiscal expansionista é caracterizada pela elevação da taxa básica de juros com o objetivo de conter pressões inflacionárias.
- b) A política monetária atua diretamente sobre os gastos públicos, alterando tributos e transferências governamentais.
- c) Em um regime de metas de inflação, a política monetária utiliza a taxa de juros como principal instrumento para controlar a demanda agregada.
- d) A política fiscal contracionista é implementada, exclusivamente, por meio da redução da base monetária.
- e) A política monetária expansionista tende a reduzir a liquidez da economia no curto prazo.

52. Considerando a função do bem-estar e as políticas alocativas, distributivas e de estabilização, assinale a alternativa correta.

- a) A política de estabilização busca suavizar flutuações do nível de atividade econômica e da inflação ao longo do ciclo econômico.
- b) A política distributiva tem como foco principal a correção de externalidades positivas e negativas.
- c) A política alocativa é desnecessária quando os mercados são competitivos, ainda que existam bens públicos.
- d) A função do bem-estar limita-se à maximização da eficiência produtiva.
- e) As políticas de estabilização atuam diretamente sobre a estrutura de preços relativos da economia.

53. A respeito do conceito de déficit público, assinale a alternativa correta.

- a) O déficit público corresponde à diferença negativa entre receitas e despesas primárias do governo, excluídos os juros da dívida.
- b) O déficit nominal reflete o resultado fiscal após a inclusão das despesas com juros da dívida pública.
- c) O déficit operacional exclui tanto os juros nominais quanto a correção monetária da dívida pública.
- d) O déficit primário é irrelevante para a análise da dinâmica da dívida pública.
- e) O conceito de déficit público é independente do critério de competência ou de caixa adotado pelo governo.

54. No que se refere às formas de financiamento do déficit público, assinale a alternativa correta.

- a) O financiamento por emissão monetária tende a ser neutro em termos inflacionários no curto prazo.
- b) O financiamento por endividamento interno não afeta a taxa de juros da economia.
- c) O financiamento do déficit por meio de emissão de dívida pública pode elevar o estoque da dívida e as despesas futuras com juros.
- d) O financiamento externo do déficit elimina riscos associados à sustentabilidade fiscal.
- e) A emissão de títulos públicos não interfere na política monetária.

55. Considere os itens a seguir, relativos às funções do Estado, ao financiamento dos gastos públicos por meio da tributação e à função do bem-estar.

I. A função alocativa do Estado justifica intervenções governamentais diante da existência de bens públicos e externalidades, mesmo em economias com mercados competitivos.

II. A equidade horizontal na tributação pressupõe que contribuintes com capacidades contributivas distintas sejam tratados de forma diferenciada pelo sistema tributário.

III. As políticas distributivas e de estabilização integram a função do bem-estar do Estado, ao buscarem, respectivamente, maior equidade na distribuição de renda e estabilidade macroeconômica.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

56. Acerca da tributação, de seus principais tipos e das noções de progressividade, regressividade e neutralidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Tributos diretos incidem, em regra, sobre renda ou patrimônio e admitem menor possibilidade de repasse do ônus tributário.
- b) Tributos indiretos incidem sobre o consumo e tendem a apresentar caráter regressivo em termos de renda.
- c) A progressividade tributária caracteriza-se pelo aumento da carga tributária superior à elevação da renda do contribuinte.
- d) A neutralidade tributária refere-se à capacidade do sistema tributário de não alterar decisões de consumo, produção ou investimento.
- e) Tributos progressivos são incompatíveis com o princípio da equidade vertical.

57. Um sistema tributário no qual a carga tributária diminui, proporcionalmente, à medida que a renda do contribuinte aumenta caracteriza-se como:

- a) Progressivo
- b) Proporcional
- c) Regressivo
- d) Neutro
- e) Indireto

58. Considere os itens a seguir, a respeito do federalismo fiscal.

- I. O federalismo fiscal analisa a distribuição de competências tributárias e de responsabilidades de gasto entre os diferentes níveis de governo.
- II. As transferências intergovernamentais podem ser utilizadas como instrumento para reduzir desequilíbrios fiscais verticais e horizontais entre entes federativos.

III. Segundo o modelo de Tiebout, a centralização das decisões fiscais amplia o conjunto de alternativas disponíveis aos cidadãos, favorecendo a revelação de preferências.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

59. Julgue os itens a seguir, relativos a alguns dos principais planos econômicos implementados no Brasil:

I. O Plano de Metas, executado durante o governo JK, priorizou a industrialização por meio de investimentos em setores estratégicos, como energia, transportes e bens de capital, além da construção de Brasília.

II. O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), lançado em 1964, teve como principal instrumento de combate à inflação o controle direto e generalizado de preços, com papel secundário do ajuste fiscal.

III. O período conhecido como Milagre Econômico (1968–1973) caracterizou-se por crescimento acelerado, sustentado predominantemente pela expansão do mercado interno, com participação limitada do capital estrangeiro.

IV. O Plano Real promoveu a estabilização de preços sobretudo por meio do controle cambial, tendo o ajuste fiscal desempenhado papel acessório no processo de desinflação.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

60. Julgue os itens a seguir, a respeito de indicadores financeiros utilizados na análise de empresas e de economias nacionais.

I. Indicadores financeiros funcionam como aproximações da realidade econômica, sendo inadequado interpretá-los isoladamente para conclusões definitivas sobre desempenho ou solvência.

II. Indicadores de rentabilidade, como ROE e margem líquida, permitem avaliar simultaneamente a lucratividade da empresa e sua capacidade de honrar obrigações de curto prazo.

III. Indicadores fiscais, como resultado primário e dívida pública em relação ao PIB, são utilizados para avaliar a situação fiscal de um país, mas não capturam, isoladamente, aspectos distributivos ou sociais do desenvolvimento econômico.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

61. No Windows 10, dentro do menu Configurações, um técnico deseja configurar uma política para que o sistema bloquee automaticamente a tela após determinado tempo de inatividade. Considerando as opções disponíveis no menu "Configurações", qual é o caminho mais adequado para realizar ambas as configurações:

- a) Configurações > Sistema > Sobre
- b) Configurações > Dispositivos > Bluetooth e outros dispositivos
- c) Configurações > Contas > Opções de entrada
- d) Configurações > Personalização > Tela de fundo
- e) Configurações > Sistema > Energia e suspensão

62. No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

63. Considere uma planilha MS Excel na qual a célula A1 contém o valor 100 e a célula A3 contém a fórmula =A1/A2*100 e exibe o texto "#VALOR!".

Dado que as células A1, A2 e A3 estão formatadas como "Geral", é correto concluir que na célula A2

- a) nada foi digitado.
- b) foi digitada uma string.
- c) foi digitado o número "0,00001".
- d) foi digitado o número "0".
- e) foi digitada a string "18/05/25".

64. Em um serviço de correio eletrônico, ao redigir uma nova mensagem, um usuário deseja incluir um colega como destinatário visível, outro como cópia oculta, e ainda anexar um arquivo PDF com menos de 10 MB.

Quais campos e ações o usuário deve utilizar corretamente para essa tarefa?

- a) Preencher o campo "Para" com ambos os e-mails, usar o botão "Anexar imagem" e marcar como urgente.
- b) Preencher o campo "Cc" com todos os destinatários, incluir o PDF colando no corpo da mensagem.
- c) Preencher o campo "Para" com o destinatário principal, o campo "Cco" com o oculto, e usar o botão "Anexar arquivo".
- d) Preencher o campo "Assunto" com os nomes dos destinatários e colar o link do arquivo no corpo da mensagem.
- e) Preencher apenas o campo "Para", anexar o arquivo como .zip e ativar confirmação de leitura para todos.

65. No Google Chrome o usuário digitou a opção "Estados do Brasil" filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão "pdf" no texto.

b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão "Estados do Brasil" escrita dessa forma e nessa sequência.

c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão "Estados do Brasil".

d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão "Estados do Brasil".

e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão "Estados do Brasil" escrita dessa forma e nessa sequência.

66. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de phishing:

- a) Ato de capturar dados por meio de interceptação de redes Wi-Fi abertas.
- b) Software malicioso que se disfarça de aplicativo legítimo para enganar o usuário.
- c) Técnica de ataque que visa enganar o usuário para que ele forneça dados sigilosos.
- d) Programa que bloqueia o sistema e exige resgate em dinheiro.
- e) Técnica de propagação de vírus por meio de dispositivos USB.

67. A operação OLAP que cria um subcubo selecionando uma única dimensão do cubo OLAP principal é:

- a) Slice
- b) Pivot
- c) Roll up.
- d) Drill down.
- e) Drill Across.

68. No contexto de Analytics, os diferentes tipos de análise não se distinguem apenas por ferramentas, mas principalmente pelo tipo de pergunta que respondem. Assinale a alternativa que estabelece corretamente essa relação conceitual.

- a) Analytics descritivo busca identificar causas raiz de fenômenos observados, explicando por que os resultados ocorreram.
- b) Analytics diagnóstico concentra-se em estimar cenários futuros com base em modelos estatísticos e séries temporais.
- c) Analytics preditivo tem como foco principal recomendar automaticamente ações ótimas para o negócio.
- d) Analytics prescritivo limita-se à apresentação de indicadores históricos consolidados.
- e) Analytics descritivo, diagnóstico, preditivo e prescritivo diferenciam-se pelo tipo de pergunta que respondem: o que aconteceu, por que aconteceu, o que tende a acontecer e o que deve ser feito, respectivamente.

69. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) estabelece princípios e regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto legal da LGPD.

- a) A LGPD tem como fundamento a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- b) A LGPD aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos da administração pública direta.
- c) A LGPD permite o tratamento de dados pessoais sensíveis sem base legal específica, desde que haja interesse econômico do controlador.
- d) A LGPD restringe-se a dados pessoais coletados exclusivamente em meio digital.
- e) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins comerciais.

70. A Lei de Acesso à Informação estabelece regras para garantir o acesso a informações públicas. Assinale a alternativa que está de acordo com o regime jurídico definido por esses normativos.

- a) O acesso à informação depende, como regra geral, da comprovação de interesse direto e específico do solicitante.
- b) Informações classificadas como sigilosas podem permanecer sob sigilo por prazo indeterminado, a critério da autoridade responsável.
- c) O pedido de acesso à informação deve ser motivado, indicando as razões pessoais ou institucionais do solicitante.
- d) O acesso à informação é a regra, e o sigilo constitui exceção, devendo ser justificado de forma expressa e fundamentada nos termos da lei.
- e) A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente aos órgãos do Poder Executivo federal.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP)*Gilmar Possati*

71. No que tange às características qualitativas da informação contábil aplicada ao setor público, descritas na Estrutura Conceitual e no MCASP, assinale a opção correta.

- a) A relevância e a representação fidedigna são classificadas como características qualitativas de melhoria, sendo pré-requisitos para que a informação seja útil.
- b) A tempestividade, por si só, é capaz de tornar uma informação relevante se ela não possuir representação fidedigna.
- c) A verificabilidade é a característica que permite aos usuários identificar e compreender as similaridades e as diferenças entre itens, exigindo, no mínimo, dois itens para comparação.
- d) A materialidade é considerada uma restrição à capacidade da informação de ser útil, e não uma característica qualitativa propriamente dita.
- e) A comprehensibilidade é alcançada quando a informação é classificada, caracterizada e apresentada de forma clara e concisa, independentemente do conhecimento prévio do usuário sobre as atividades da entidade.

72. Acerca das variações patrimoniais e do seu reconhecimento sob o enfoque patrimonial, assinale a opção correta.

- a) As variações patrimoniais qualitativas são aquelas que alteram a composição do patrimônio sem modificar o montante do patrimônio líquido da entidade.
- b) O reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) ocorre sempre de forma concomitante com a arrecadação da receita orçamentária.
- c) As variações patrimoniais quantitativas derivam exclusivamente de eventos decorrentes da

execução do orçamento público (receitas e despesas orçamentárias).

- d) A aquisição de um veículo à vista, no momento da liquidação da despesa, gera uma variação patrimonial diminutiva (VPD) no resultado do exercício.
- e) O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações qualitativas e as variações quantitativas acumuladas no exercício.

73. No que se refere aos critérios de mensuração e reconhecimento de ativos não circulantes no setor público, assinale a opção correta.

- a) O valor depreciável de um ativo imobilizado é determinado após a dedução de seu valor residual; se o valor residual aumentar a ponto de igualar o valor contábil do ativo, a despesa de depreciação será zero.
- b) Os gastos posteriores com manutenção periódica de itens do imobilizado, que visam manter a capacidade produtiva original, devem ser incorporados ao valor contábil do ativo.
- c) Ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser amortizados anualmente com base em uma estimativa de 10 anos, conforme critério de prudência.
- d) A redução ao valor recuperável (*impairment*) deve ser aplicada obrigatoriamente a todos os bens móveis e imóveis da entidade, independentemente de haver indícios de desvalorização.
- e) Itens do ativo imobilizado obtidos por meio de transações sem contraprestação (doações) devem ser mensurados inicialmente pelo valor simbólico de R\$ 1,00 para fins de controle patrimonial.

74. De acordo com as normas de passivos e provisões aplicadas ao setor público, assinale a opção correta.

- a) Uma provisão deve ser reconhecida quando existe uma obrigação presente, cuja saída de recursos seja considerada possível e o valor possa ser estimado com confiabilidade.
- b) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial quando a probabilidade de perda for remota, para fins de transparência fiscal.
- c) Um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis, mas deve ser divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- d) Provisões e passivos contingentes são sinônimos contábeis, diferenciando-se apenas pela natureza da conta (curto ou longo prazo).
- e) O reconhecimento de uma provisão para riscos fiscais gera uma variação patrimonial qualitativa, sem impacto no resultado patrimonial do exercício.

75. O PCASP é a estrutura básica da escrituração contábil no setor público. Sobre sua lógica e estrutura, assinale a opção correta.

- a) As contas de natureza de informação orçamentária (Classes 5 e 6) registram os atos administrativos que podem vir a afetar o patrimônio, como contratos e convênios.
- b) O 6º nível do código da conta contábil (Item) é utilizado obrigatoriamente para a identificação das transações intergovernamentais que serão objeto de eliminação na consolidação.
- c) O lançamento de encerramento do exercício, que confronta VPA e VPD, utiliza contas das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo).
- d) As contas de compensação, que integram a natureza de informação patrimonial, são identificadas pelas classes 7 (Controles devedores) e 8 (Controles credores).

e) A natureza da informação patrimonial é registrada exclusivamente nas Classes 1, 2, 3 e 4.

76. Sobre o reconhecimento e os estágios da despesa orçamentária, assinale a opção correta.

- a) O empenho da despesa é o estágio que cria para o Estado a obrigação de pagamento, independentemente do implemento de condição pelo credor.
- b) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se a gastos que foram devidamente empenhados no exercício anterior, mas cujo pagamento não ocorreu até 31 de dezembro, sendo inscritos automaticamente em conta de passivo.
- c) O suprimento de fundos é considerado uma despesa efetiva no momento da entrega do numerário ao servidor (concessão).
- d) No estágio da liquidação, ocorre a verificação do direito adquirido pelo credor e, sob o enfoque patrimonial, representa o momento de reconhecimento da VPD, caso o fato gerador ocorra nesse estágio.
- e) A reserva de dotação orçamentária é considerada o primeiro estágio da execução da despesa pública.

77. Considerando as demonstrações contábeis previstas no MCASP, assinale a opção correta.

- a) O Balanço Orçamentário demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade ao longo do exercício financeiro.
- b) No Balanço Financeiro, as transferências financeiras recebidas e concedidas são apresentadas como receitas e despesas orçamentárias, respectivamente.
- c) O Balanço Orçamentário é composto por Quadro Principal, Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- d) O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior não pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário atual.
- e) O Balanço Financeiro evidencia o resultado orçamentário do período, obtido pelo confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

78. Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), assinale a opção correta.

- a) A DVP evidencia as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício.
- b) O resultado patrimonial apurado na DVP é obrigatoriamente idêntico ao resultado orçamentário do período.
- c) Ganhos com a alienação de bens imobilizados são classificados como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) na DVP.
- d) A DVP deve ser elaborada utilizando-se a natureza de informação orçamentária (Classes 5 e 6 do PCASP).
- e) As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas na DVP pelo regime de caixa, seguindo o padrão da receita pública.

79. Quanto à contabilidade de custos no setor público, assinale a opção correta.

- a) A apuração de custos no setor público é facultativa, sendo exigida apenas para empresas estatais dependentes.
- b) O custo direto é aquele que depende de rateio ou estimativas para ser atribuído ao objeto de custo.
- c) O objeto de custo é a unidade de produto, serviço, projeto ou atividade para a qual se deseja uma mensuração separada de custos.
- d) No ambiente público, a depreciação de equipamentos hospitalares é classificada como um custo variável, pois depende do volume de atendimentos.
- e) O sistema de custos deve ser integrado ao orçamento, de modo que o valor empenhado seja sempre igual ao custo do serviço no período.

80. A respeito do regime de adiantamento, conhecido como suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- a) O suprimento de fundos dispensa a realização do estágio do empenho, dada a urgência da despesa.
- b) O servidor que detém o suprimento de fundos pode utilizá-lo para a aquisição de bens de capital, desde que devidamente justificado.
- c) No momento da concessão do suprimento, registra-se uma despesa orçamentária (enfoque orçamentário) e o surgimento de um direito (enfoque patrimonial).
- d) A prestação de contas do suprimento de fundos deve ser feita obrigatoriamente até o último dia útil do exercício financeiro, sem possibilidade de transposição.
- e) O suprimento de fundos é uma modalidade de licitação simplificada para despesas de pequeno valor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LICITAÇÕES E CONTRATOS***Herbert Almeida*

81. Em relação aos princípios e ao alcance da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias são integralmente abrangidas pelo regime de licitações e contratos previsto na Lei nº 14.133/2021, independentemente de sua regência por legislação específica.
- b) O princípio da segregação de funções veda a atuação de qualquer agente público em mais de uma etapa do processo licitatório, mesmo que as funções desempenhadas não sejam consideradas suscetíveis a riscos.
- c) Estão sujeitos aos ditames da Lei nº 14.133/2021 os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas, sendo excluídos de sua abrangência os fundos especiais e as entidades controladas indiretamente pela administração.
- d) A publicidade, nas licitações, será diferida quanto ao conteúdo das propostas, até a homologação do certame.
- e) A autoridade competente, ao designar agentes para funções essenciais à licitação, deve observar o princípio da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos.

82. Acerca do planejamento das contratações públicas e da alocação de riscos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) O estudo técnico preliminar é, em regra, documento facultativo na fase preparatória, devendo ser elaborado quando a autoridade competente julgar necessário fundamentar a viabilidade da contratação.
- b) A fase preparatória da licitação é caracterizada pelo planejamento e deve ser iniciada após a divulgação

do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

- c) O estudo técnico preliminar deve caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, servindo de base para a elaboração do termo de referência, do anteprojeto ou do projeto básico.
- d) A matriz de alocação de riscos é obrigatória em todas as contratações públicas de serviços contínuos, independentemente do valor estimado ou do regime de execução do contrato.
- e) Na matriz de alocação de riscos, é vedada a atribuição ao contratado da responsabilidade por riscos que possam ser cobertos por seguro, devendo estes ser suportados integralmente pela administração.

83. No que se refere à modalidade de licitação diálogo competitivo, assinale a opção correta:

- a) a fase de diálogo deve ser conduzida obrigatoriamente pelo agente de contratação, sendo facultada à autoridade a designação de uma comissão em casos de serviços de obras ou serviços de engenharia.
- b) durante a fase de diálogos, a administração é proibida de revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um participante sem o seu consentimento.
- c) o edital que define a pré-seleção dos licitantes deverá estabelecer um prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para que os interessados manifestem seu interesse em participar.
- d) uma vez encerrada a fase de diálogos e definida a solução técnica mais adequada, a administração deverá contratar diretamente o autor da solução escolhida, sendo dispensada a apresentação de propostas finais pelos demais participantes.
- e) o diálogo competitivo é a modalidade de licitação preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns que envolvam inovação tecnológica ou técnica.

84. Acerca do critério de julgamento por maior retorno econômico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) o julgamento por maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, e considerará a maior economia para a Administração.
- b) a remuneração do particular contratado sob o critério de maior retorno econômico será fixada de modo independente à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- c) o critério de maior retorno econômico aplica-se amplamente a todas as modalidades de licitação, inclusive ao pregão para aquisição de bens comuns.
- d) no contrato de eficiência, a remuneração do contratado consiste em um valor fixo definido no edital, acrescido de bônus por produtividade caso a meta seja atingida.
- e) os licitantes, no critério de maior retorno econômico, devem apresentar exclusivamente uma proposta de preço, sendo vedada pela lei a exigência de proposta de trabalho.

85. No que concerne às hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização é vedada para a contratação de profissionais de serviços de publicidade e propaganda.
- b) para a comprovação de exclusividade de fornecedor ou de prestador de serviços, a administração deve aceitar apenas atestados emitidos por órgãos oficiais de registro de comércio do local da contratação.
- c) a contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade requer que este seja contratado diretamente pelo órgão público, sendo proibida a contratação por meio de empresário exclusivo.

d) na aquisição de imóveis cujas características de instalação e de localização tornem necessária sua escolha, a inexigibilidade é condicionada à inexistência de outros imóveis no mesmo bairro que atendam aos requisitos.

e) o credenciamento é considerado um procedimento licitatório na modalidade concurso, sendo utilizado quando a administração busca selecionar a melhor técnica para um serviço específico.

86. No que concerne aos procedimentos e regras aplicáveis às contratações por dispensa de licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) para fins de aferição dos limites de dispensa, o somatório do que for despendido deve considerar o total de gastos da administração direta do ente, independentemente da unidade gestora que realizar a contratação.
- b) as contratações fundamentadas nos limites de valor da dispensa de licitação serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.
- c) os valores que permitem a dispensa de licitação em razão do valor são reduzidos pela metade quando o contrato for celebrado por consórcio público ou agência executiva.
- d) o pagamento das contratações por dispensa de valor deve ser realizado exclusivamente por ordem bancária, sendo vedada a utilização de cartão de pagamento.
- e) para fins de cálculo dos limites de dispensa, consideram-se objetos de mesma natureza aqueles relativos a contratações realizadas no mesmo mês, independentemente do ramo de atividade.

87. No que se refere ao procedimento auxiliar de credenciamento, previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) o credenciamento é a modalidade de licitação obrigatória para a escolha de serviços técnicos, científicos ou artísticos, mediante a concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- b) o credenciamento poderá ser utilizado na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
- c) Nos casos de mercados fluidos, em que há flutuação constante do valor da prestação, a Lei nº 14.133/2021 vedo a utilização do credenciamento, exigindo o rito comum mediante licitação.
- d) na contratação com seleção a critério de terceiros, a escolha do contratado fica a cargo da autoridade máxima do órgão.
- e) o credenciamento pode ser adotado no sistema de comércio eletrônico, caso em que a administração visa a contratar bens e serviços especiais ofertados no Sistema de Compras Expressas.

88. No que concerne ao sistema de registro de preços (SRP) e às regras de adesão por órgãos não participantes previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) o prazo de validade da ata de registro de preços será de 2 (dois) anos, permitida uma única prorrogação por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso.
- b) é permitida a adesão de órgãos ou entidades da administração pública federal, na condição de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas por órgãos ou entidades municipais.
- c) a adesão à ata de registro de preços por órgãos não participantes é limitada, individualmente por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório.

d) o quantitativo total decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

e) a licitação para registro de preços deverá adotar obrigatoriamente a modalidade pregão.

89. No que se refere à fase de habilitação e às exigências de qualificação técnica e jurídica previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a habilitação jurídica visa a comprovar a aptidão do licitante para exercer direitos e assumir obrigações, sendo exigida exclusivamente por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor.
- b) na fase de habilitação técnica, a administração pode exigir atestados de capacidade técnica que comprovem a execução de quantitativos mínimos em serviços de características irrelevantes para o objeto da licitação.
- c) será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.
- d) para fins de habilitação técnica, os atestados de capacidade técnica devem ser emitidos obrigatoriamente por pessoas jurídicas de direito público, sendo vedada a aceitação de atestados emitidos por entidades privadas.
- e) não serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras.

90. No que se refere à duração e à prorrogação dos contratos administrativos sob a égide da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) A duração dos contratos administrativos deve ficar restrita, em todos os casos, à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sendo vedada a celebração de contratos com prazo superior a um ano.
- b) os contratos de serviços e fornecimentos contínuos podem ser celebrados com prazo inicial de até dez anos, desde que haja justificativa técnica e econômica aprovada pela autoridade superior.
- c) o contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de dez anos.
- d) os contratos que prevejam a prestação de serviços, fornecimentos, locações de equipamentos e uso de programas de informática em que a Administração seja usuária de serviço público sob regime de monopólio poderão ter vigência por prazo indeterminado.
- e) A prorrogação dos contratos de serviços contínuos é automática, ocorrendo independentemente de demonstração de que as condições continuam vantajosas para a Administração, visando à continuidade do serviço público.

91. Em relação às alterações unilaterais e ao equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) A administração possui a prerrogativa de alterar unilateralmente o contrato ainda que tal medida resulte na transfiguração do objeto da contratação, desde que devidamente motivada.
- b) nas alterações unilaterais de reforma de edifício ou de equipamento, o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, tanto acréscimos quanto supressões de até 50% do valor inicial atualizado.

c) caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

d) o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser formulado a qualquer tempo, mesmo após a extinção do contrato ou de sua eventual prorrogação.

e) nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida em favor do contratado em razão de aditamentos.

92. No que se refere às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 para licitantes e contratados que pratiquem infrações, assinale a opção correta:

- a) a sanção de advertência deve ser aplicada obrigatoriamente de forma cumulativa com a sanção de multa em todos os casos de inexecução parcial do contrato.
- b) a sanção de multa pode variar entre o mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.
- c) o impedimento de licitar e contratar é a sanção mais grave prevista na Lei, alcançando contratações com todos os entes da Federação por um prazo mínimo de 6 (seis) anos.
- d) a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impede o licitante ou contratado de participar de certames apenas no âmbito do órgão ou entidade que aplicou a sanção.
- e) a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, impedindo o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos.

93. No que se refere ao controle das contratações públicas e à estrutura de linhas de defesa prevista na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a primeira linha de defesa é integrada exclusivamente pelos órgãos de controle interno do ente federativo e pelo Tribunal de Contas, responsáveis pela fiscalização corretiva dos atos.
- b) as unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade compõem a segunda linha de defesa do sistema de controle das contratações.
- c) o controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas com o auxílio do Congresso Nacional, é classificado pela lei como a segunda linha de defesa da administração pública.
- d) a terceira linha de defesa é integrada pelos agentes públicos que atuam nas fases de planejamento e seleção do fornecedor, responsáveis pela gestão direta do risco.
- e) o sistema de controle das contratações deve ser implementado de forma que a mesma unidade administrativa acumule as funções de execução e de auditoria, visando à eficiência processual.

94. Em relação ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e às regras de transparéncia e publicidade previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) a divulgação no PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer no prazo de vinte dias úteis para licitações e dez dias úteis para contratações diretas, contados da assinatura.
- b) o Portal Nacional de Contratações Públicas é um repositório facultativo de editais, cuja principal função é facilitar a busca por fornecedores, sem interferir na capacidade de o contrato produzir efeitos.
- c) os prazos para a divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) são contados a partir da data de publicação do edital de licitação no Diário Oficial da União ou do Estado.

- d) a eficácia do contrato administrativo, entendida como a validade do vínculo jurídico formado entre as partes, independe da publicação do instrumento ou de seus aditamentos no sítio eletrônico oficial.
- e) o extrato de pagamentos realizados mediante cartão de pagamento em contratações de baixo valor deve ser mantido sob sigilo no âmbito interno do órgão, sendo dispensada sua disponibilização no PNCP.

95. No que tange ao controle das contratações e à nulidade dos contratos, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 14.133/2021:

- a) constatada qualquer irregularidade no procedimento licitatório, a administração deve obrigatoriamente declarar a nulidade do contrato.
- b) a declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, mas não opera retroativamente.
- c) a nulidade não exonera a administração do dever de indenizar o contratado pelo valor total estabelecido inicialmente para a contratação.
- d) no exercício da fiscalização, é permitido aos órgãos de controle interferir no mérito da discricionariedade administrativa do gestor, visando a substituir a escolha política pela solução técnica considerada mais vantajosa pelo Tribunal.
- e) ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o Tribunal de Contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

EXECUÇÃO FINANCEIRA (ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO)*Paulo Portinho*

96. Sobre os principais indicadores utilizados na análise de investimentos públicos e privados, é correto afirmar que:

- a) O Payback Simples considera o valor do dinheiro no tempo e, por isso, é considerado método mais preciso que o VPL
- b) Em projetos com múltiplas mudanças de sinal no fluxo de caixa pode existir apenas uma única TIR possível
- c) A Taxa Interna de Retorno (TIR) representa o risco do projeto e nunca pode ser utilizada em investimentos públicos
- d) O Payback Descontado desconsidera fluxos de caixa ocorridos após o período de recuperação do investimento calculado pelo Payback Simples.
- e) O Valor Presente Líquido (VPL) mede o ganho ou perda absoluta em valores monetários atuais e normalmente aceita-se o projeto quando $VPL > 0$ (considerando a Taxa Mínima de Atratividade adequada)

97. Uma Secretaria de Fazenda está avaliando a implantação de um sistema informatizado de gestão fiscal com investimento inicial de R\$ 8.000.000,00 e fluxos de caixa líquidos projetados de R\$ 2.800.000,00 anuais (constantes) durante 5 anos.

Considerando uma Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de 12% a.a., assinale a afirmativa correta:

- a) O VPL será necessariamente negativo, inviabilizando o projeto
- b) O período de Payback Simples será superior a 3 anos, tornando o projeto inviável
- c) Se a TIR do projeto for 14% a.a., o VPL calculado com TMA 12% será positivo
- d) O Payback Descontado será obrigatoriamente menor que o Payback Simples

e) O projeto só será viável se apresentar TIR inferior à TMA

98. Em relação à Matriz de Riscos utilizada na gestão de projetos de investimento público, analise as assertivas abaixo:

- I. A matriz de riscos é um instrumento apenas qualitativo que combina a probabilidade de ocorrência de um evento com o impacto que ele causaria no projeto.
- II. Riscos classificados como “muito altos” (alta probabilidade x alto impacto) devem, em regra, ser mitigados ou eliminados antes da execução.
- III. Riscos classificados como “baixos” não demandam qualquer tipo de ação de mitigação ou contingência.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II
- c) Apenas II
- d) I, II e III
- e) Nenhuma das assertivas está correta

99. Assinale a única alternativa que apresenta corretamente uma das principais limitações dos métodos tradicionais de análise de investimentos:

- a) O VPL não considera o custo de oportunidade do capital empregado
- b) A TIR pode apresentar múltiplas soluções em fluxos de caixa não convencionais (múltiplas mudanças de sinal)
- c) O Payback Simples superestima sistematicamente a rentabilidade dos projetos de longo prazo
- d) O VPL sempre classifica melhor os projetos com maior valor absoluto de investimento
- e) A TIR é incompatível com a análise de projetos mutuamente excludentes de diferentes portes

- 100.** Analise as afirmativas sobre as etapas do planejamento financeiro em âmbito privado:
- A) Objetivos financeiros devem ser definidos após o orçamento anual.
 - B) Diagnóstico da situação financeira atual é a última etapa.
 - C) Estratégias de financiamento e investimento devem vir antes das metas financeiras.
 - D) Monitoramento e reavaliação são opcionais, só são obrigatórios para grandes empresas.
 - E) A sequência correta é: Diagnóstico atual - Definição de objetivos e metas - Elaboração do orçamento e fluxo de caixa - Definição e execução de estratégias - Controle, monitoramento e ajustes.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas A
- b) B e C
- c) A, C e D
- d) B e D
- e) Apenas E

EXECUÇÃO FINANCEIRA (AFO)

Luciana Marinho

Acerca do assunto Ferramentas de Análise Financeira, julgue os itens que se seguem.

- 101.** As ferramentas de análise financeira constituem instrumentos essenciais para a avaliação da situação econômico-financeira das organizações, sendo amplamente utilizadas no apoio à tomada de decisão gerencial.

À luz desse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) As ferramentas de análise financeira restringem-se à apuração de resultados contábeis passados, não sendo úteis para projeções.
- b) A análise financeira permite avaliar desempenho passado, condição presente e tendências futuras

- da organização, a partir da interpretação das demonstrações contábeis.
- c) A análise financeira elimina a necessidade de julgamento gerencial, ao fornecer resultados objetivos e conclusivos.
- d) Os indicadores financeiros, quando analisados isoladamente, são suficientes para decisões estratégicas.
- e) As ferramentas de análise financeira aplicam-se exclusivamente a organizações com fins lucrativos.

- 102.** Os indicadores de liquidez são amplamente utilizados na análise financeira, especialmente para avaliação da capacidade de solvência de curto prazo das organizações.

- Considerando o uso adequado desses indicadores, assinale a alternativa correta.
- a) Indicadores de liquidez avaliam exclusivamente a rentabilidade dos investimentos realizados.
 - b) Indicadores de liquidez permitem mensurar a capacidade de a entidade honrar suas obrigações financeiras, devendo ser analisados em conjunto com outros indicadores.
 - c) A liquidez elevada garante, por si só, rentabilidade sustentável no longo prazo.
 - d) A análise da liquidez dispensa a consideração do ciclo operacional da empresa.
 - e) Indicadores de liquidez refletem apenas a estrutura de capital da organização.

103. A correta interpretação dos indicadores financeiros exige análise crítica e contextualizada, sob pena de conclusões equivocadas acerca da situação econômico-financeira da organização.

Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) A interpretação dos indicadores financeiros deve basear-se exclusivamente nos resultados do último exercício.
- b) A comparação de indicadores financeiros dispensa a consideração do setor econômico em que a empresa atua.
- c) A análise adequada dos indicadores financeiros deve considerar o contexto econômico, o setor de atuação e a evolução histórica da empresa.
- d) Indicadores financeiros expressos em valores absolutos são mais relevantes do que índices relativos.
- e) A análise financeira limita-se ao cumprimento de parâmetros legais e normativos.

Acerca do assunto Riscos em Finanças, julgue os itens que se seguem.

104. No âmbito da gestão do risco de crédito, a distinção entre inadimplência e insolvência é relevante para a avaliação da probabilidade de recuperação do crédito e para a definição das estratégias de mitigação.

Considerando essa distinção, assinale a alternativa correta.

- a) A inadimplência pode ser circunstancial ou temporária, ao passo que a insolvência indica incapacidade estrutural de honrar obrigações financeiras.
- b) A insolvência decorre, necessariamente, de eventos conjunturais de curto prazo.
- c) A inadimplência caracteriza situação definitiva de incapacidade de pagamento, enquanto a insolvência possui natureza temporária.
- d) A inadimplência e a insolvência são conceitos equivalentes no âmbito da análise financeira.

e) A insolvência ocorre exclusivamente quando há decretação judicial de falência.

105. No contexto das instituições financeiras, o risco de liquidez apresenta especificidades próprias, distinguindo-se do risco de mercado e do risco de crédito.

À luz desse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O risco de liquidez está restrito à volatilidade dos preços dos ativos financeiros.
- b) O risco de liquidez decorre exclusivamente da inadimplência das contrapartes.
- c) O risco de liquidez confunde-se com o risco operacional, pois ambos decorrem de falhas internas.
- d) O risco de liquidez é irrelevante quando a instituição apresenta elevado patrimônio líquido.
- e) O risco de liquidez relaciona-se ao descasamento entre ativos e passivos quanto a prazos e fluxos de caixa, podendo comprometer a capacidade de pagamento da instituição.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Stefan Fantini*

106. Considere as seguintes assertivas sobre os modelos de Administração Pública:

- I - O modelo gerencial caracteriza-se por hierarquia rígida, ao passo que o modelo burocrático é mais flexível, com redução de níveis hierárquicos.
- II - No modelo burocrático não há separação entre propriedade e administração, e apenas no modelo gerencial surge a meritocracia.
- III - No modelo burocrático a ênfase recai no controle de resultados, enquanto no modelo gerencial predomina o controle a priori.

Assinale a opção correta:

- a) apenas uma assertiva está correta.
- b) apenas duas assertivas estão corretas.
- c) todas assertivas estão corretas.
- d) todas assertivas estão erradas.
- e) nenhuma das anteriores

107. Na evolução do modelo gerencial (NPM), a etapa conhecida como consumerism está associada, principalmente, à ênfase em:

- a) equidade e cidadania.
- b) qualidade e efetividade
- c) transparência e cidadania
- d) redução de custos e equidade.
- e) cidadania e redução de custos.

108. No modelo burocrático, a legitimidade da autoridade decorre da lei e da validade das normas, com ênfase em regras formais e disciplina. Esse tipo de dominação é denominado:

- a) institucional
- b) compulsória
- c) tradicional
- d) racional-legal
- e) carismática

109. O modelo de Administração Pública patrimonialista tem como traço marcante:

- a) combate ao nepotismo.
- b) combate à corrupção.
- c) confusão entre a coisa pública e a coisa privada.
- d) dominação racional-legal.
- e) ênfase no controle a priori.

110. No contexto do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (década de 1990), a transferência da execução de serviços públicos não exclusivos do Estado para entidades privadas sem fins lucrativos é denominada:

- a) privatização.
- b) desestatização.
- c) governabilidade
- d) governança
- e) publicização

111. Mário Bros, responsável por um setor de uma empresa, definiu que a equipe deveria processar 25 solicitações por mês e reduzir em 30% o tempo de atendimento. Esses objetivos configuram exemplos de metas:

- a) operacionais
- b) táticas
- c) estratégicas
- d) globais
- e) gerais

112. A matriz SWOT, amplamente aplicada no planejamento estratégico, procura identificar oportunidades e ameaças, que dizem respeito ao _____ da organização, bem como forças e fraquezas, associadas ao _____ da organização.

As palavras que preenchem corretamente às lacunas são, respectivamente:

- a) ambiente físico; ambiente político.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente externo; ambiente interno.
- d) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- e) ambiente interno; ambiente social.

113. O Balanced Scorecard - BSC consiste em um instrumento que desdobra missão, visão e estratégia em um mapa estratégico, no qual os objetivos são organizados em perspectivas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essas perspectivas:

- a) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- b) Financeira, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- c) Financeira, Funcionários, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- d) Funcionários, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- e) Financeira, Cliente, Processos Externos e Aprendizado e Crescimento.

114. Um gestor de uma organização identificou vários problemas simultâneos e precisa de uma ferramenta que o ajude a classificá-los por prioridade, indicando quais devem ser tratados com prioridade. Nessa situação, é adequado utilizar:

- a) Matriz BCG
- b) Diagrama de Causa e Efeito
- c) Matriz GUT
- d) Diagrama de Ishikawa

e) Matriz SWOT

115. Em um único registro de uma ferramenta de gestão, apareceram anotações como “Mário Bros”, “quinta-feira” e “R\$ 100” em campos distintos. Esses exemplos correspondem, respectivamente, a Quem?, Quando? e Quanto?, típicos de qual ferramenta?

- a) Diagrama de Pareto;
- b) 5W2H.
- c) Diagrama de Ishikawa;
- d) Matriz GUT;
- e) Análise SWOT;

116. João das Neves, supervisor de um setor de uma empresa, encaminhou um aviso pelo e-mail corporativo comunicando aos integrantes da equipe data e horário de uma reunião na qual serão tratadas as novas metas de vendas do grupo.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) informal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) informal e descendente.
- d) formal e ascendente;
- e) formal e descendente;

117. Suponha que determinado órgão público tenha atendido, em 2024, 1.000 cidadãos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2025, tenha atendido 1.200 cidadãos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2020 para 2021, o referido órgão público foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

118. Segundo a orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) para a elaboração de indicadores de desempenho, as variáveis normalmente utilizadas na composição dos indicadores se agrupam em:

- a) eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.
- b) economia, economicidade, equidade e qualidade.
- c) economia, equidade, qualidade e quantidade.
- d) financeira, cliente, processos internos e aprendizado.
- e) custo, tempo, qualidade e quantidade.

119. No que se refere às propriedades essenciais dos indicadores, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas propriedades (EXCETO):

- a) confiabilidade
- b) simplicidade
- c) utilidade
- d) disponibilidade
- e) validade

120. A definição “esforço temporário realizado para criar um produto, serviço ou resultado único” corresponde a:

- a) Processo
- b) SIPOC
- c) Organograma
- d) Fluxograma
- e) Projeto

121. Para o Guia PMBOK, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), conforme o grau de controle e influência sobre os projetos, são::

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.

c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.

d) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.

e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.

122. Não é um dos Fundamentos da Excelência Gerencial do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP):

- a) Visão de futuro
- b) Cultura de inovação
- c) Foco na organização e nos servidores
- d) Geração de valor
- e) Pensamento sistêmico

123. Na perspectiva da Gestão de Pessoas, os trabalhadores da organização são compreendidos como:

- a) recursos patrimoniais da organização.
- b) patrimônio intelectual fornecedores de competências.
- c) patrimônio físico da organização.
- d) recursos financeiros da organização.
- e) sujeitos passivos da ação organizacional.

124. Durante uma conversa, um servidor explicou que “o gestor público deve prestar contas de suas ações e assumir responsabilidade por elas”. Essa definição corresponde ao conceito de:

- a) accountability
- b) cidadania
- c) governança
- d) governabilidade
- e) administração

125. O ciclo de políticas públicas é usualmente descrito por um conjunto de fases. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas fases:

- a) Avaliação
- b) Tomada de contas
- c) Implementação
- d) Formulação da política
- e) Construção da agenda

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO) E LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 (LEI DA TRANSPARÊNCIA).

Antônio Daud

126. Suponha que determinado Ministério negue acesso à informação solicitada por cidadão, mesmo após a interposição recursal, sendo que o interessado decide recorrer à Controladoria-Geral da União (CGU). Neste caso, segundo prevê expressamente a Lei de Acesso à informação, após a CGU examinar a questão, NÃO se inclui entre suas deliberações decidir se:

- a) o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
- b) a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação.
- c) os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na Lei de Acesso à Informação não tiverem sido observados.
- d) estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação.

e) encaminhará ao Ministério Público os dados do responsável pelo indeferimento do acesso à informação, para instauração de sindicância.

127. Segundo estabelece a Lei de Acesso à Informação, são consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado que admitem classificação:

- a) relacionadas à defesa de direitos humanos.
- b) capazes de comprometer atividades de fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.
- c) relacionadas à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral.
- d) relacionadas ao cumprimento de ordem judicial.
- e) necessárias à proteção do interesse público e geral preponderante.

128. De acordo com o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) informação pessoal é aquela relacionada à pessoa jurídica, identificada ou identificável.
- b) informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que mediante a correspondente solicitação do interessado.
- c) os pedidos de acesso à informação devem necessariamente ser motivados, com a indicação da justificativa do pedido.
- d) é de 35 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassegretas.
- e) no âmbito da transparência passiva, se não for possível conceder imediato acesso a pedidos de acesso à informação, o órgão que receber o pedido deverá respondê-lo em prazo não superior a vinte dias, prorrogável por dez dias.

129. Considerando as regras estabelecidas pela LC 131/2009, relacionadas à transparência na gestão fiscal, é correto afirmar que:

- a) a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) a transparência será assegurada também mediante liberação ao conhecimento e acompanhamento da sociedade de informações resumidas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios físicos de acesso público, a serem impressos anualmente.
- c) é dever do poder público disponibilizar a qualquer pessoa o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários, no que se refere às despesas.
- d) os entes da Federação disponibilizarão a qualquer interessado todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer de sua execução, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado, no caso de receitas.
- e) são instrumentos de transparência da gestão fiscal exclusivamente os orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias e as prestações de contas correspondentes.

130. De acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), NÃO é correto afirmar que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- b) informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados de todos os projetos e ações dos órgãos públicos, inclusive de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos.
- c) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- d) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- e) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

Discursiva

Uma organização pública, diante do aumento de demandas e de restrições de recursos, decidiu realizar planejamento para estabelecer objetivos e metas e definir meios (recursos e tarefas) necessários para alcançá-los. A alta cúpula (presidentes e diretores) determinou que o planejamento priorizaria melhorar as práticas existentes, com foco em adaptabilidade e inovação, buscando obter melhores resultados possíveis por meio do aumento do desempenho e/ou da diminuição da utilização de recursos, em lógica de melhoria contínua.

Em seguida, gerentes e chefes de departamento de uma unidade específica elaboraram um plano para traduzir as diretrizes da alta cúpula em ações específicas e direcionadas para essa unidade, com definição de responsáveis, recursos e prazos.

No desenvolvimento do planejamento, a equipe responsável estruturou cenários futuros alternativos para lidar com um ambiente dinâmico e complexo, de modo a ter opções para enfrentar diferentes situações.

Com base na situação hipotética, responda aos seguintes tópicos:

- a) Classifique a filosofia do planejamento adotada pela organização, de acordo com Ackoff.
- b) Identifique o tipo de planejamento (nível de planejamento) correspondente ao plano elaborado pelos gerentes e chefes de departamento para uma unidade específica.
- c) Apresente as etapas do planejamento segundo Chiavenato e indique a etapa do processo de planejamento correspondente ao momento em que foram construídos cenários futuros alternativos

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>